



8677224



08011.000046/2017-68



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA:	24/04/2019	
LOCAL:	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	NOME	ÓRGÃO
1.	Sergio Moro	GM
2.	Flávia Cecília Maceno Blanco	GM
3.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
4.	Christiane Maranhão de Oliveira	SPO/SE
5.	Rogério Xavier Rocha	SAA/SE
6.	Rodrigo Lange	DTIC/SE
7.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
8.	Lucas Alves de Lima Barros de Góes	AFEPAR
9.	Vladimir Passos de Freitas	AEAL
10.	Georgia Renata Sanchez Diogo	ASINT
11.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE/SPO/SE
12.	Maria Hilda Marsiaj Pinto	SNJ
13.	Luciano Benetti Timm	SENACON
14.	Maria das Graças Gonçalves Almeida	SENACON
15.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
16.	Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira	SENASP
17.	Rosalvo Ferreira Franco	SEOPI
18.	Fabiano Bordignon	DEPEN
19.	Claudio Ferreira Gomes	PF
20.	José Lopes Hott Jr.	PRF
21.	Alexandre Barreto de Souza	CADE
22.	Mariana Boabaid Dalcanale Rosa	CADE
23.	Neide Alves Dias de Sordi	AN
24.	Jorge Luiz Alves Caetano	COAF
25.	João Bosco Teixeira	CONJUR
26.	Robson Ferreira Polito	CGGE/SPO/SE
27.	Juliana Coelho Antero	CGGE/SPO/SE
28.	Aline Rosa Roriz	CGGE/SPO/SE
29.	Guilherme S. Jacques	SENASP
30.	Luiz Spricigo Jr.	PF

31.	Daniel Saboia	GM
32.	Renato Menezes Santana	PF
33.	Clesito Cezar Fechine	COAF
34.	Victor de Souza Leão	GM
35.	Ronaldo Bento	OUV/GM
36.	Marcelo Moreno	SENASP
37.	Ivan Gomes Bonifácio	SNJ
38.	Jorge Santa Ritta	SNJ
39.	Wellington C.P. Silva	SENASP
40.	João Carlos Ambrosio	SENASP
41.	David de Lima Freitas	CGOF/SPO/SE
42.	Andressa Mervino	AFEPAR
43.	Giselly Siqueira	ASCOM
44.	Renata Amoras	ASCOM
45.	Kelly Jênyfer	ASCOM
46.	Bernardo Assumpção	CONJUR
47.	Luis Alexandre Futuro	GM
48.	Elias José Pudeulko	GM
49.	Zaira Spohr	SPO/SE
50.	Larissa Candida Costa	AN
51.	Rian Gomes Correa	SPO/SE
52.	Hugo Torres do Val	SENAD
53.	Diogo Dominici Soriano	SENAD
54.	Gustavo Baptista	SENAD
55.	Gisele Becker	GM
56.	Flávia Rutyna Heidemann	GM
57.	Vanessa Carneiro Moura	CGGE/SPO/SE
PAUTA:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura; 2. Monitoramento do Planejamento Estratégico - panorama dos projetos até abril/2019; 3. Apresentação do Painel de Planejamento Estratégico - Indicadores (BI); 4. Informes SPO; 5. Informes SAA; 6. Andamento da revisão do PDTIC 2019; 7. Gestão de Riscos e Plano de Integridade; 8. Encerramento e encaminhamentos. 	

DELIBERAÇÕES

1. O Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, presidiu a abertura da reunião, ressaltando a importância de melhoria nos resultados do Ministério para a sociedade. Para dar prosseguimento à reunião, passou a palavra ao Secretário- Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, para a apresentação da pauta e alguns avisos gerais.
2. Informou que a partir da próxima reunião do Comitê de Governança Estratégica - CGE os participantes deverão listar pontos de impactos para além de suas organizações. Reforçou ainda da necessidade de atenção em pautas com parlamentares. Complementarmente, o Assessor Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Sr. Lucas Góes, colocou a Assessoria à disposição para auxiliar as unidades nas interações com parlamentares no acompanhamento das pautas.
3. Enfatizou, ainda, que as autoridades busquem produzir artigos e notícias relevantes de suas unidades, contanto sempre com o auxílio da área de comunicação do Ministério. Aproveitando o

ensejo, a Assessora de Comunicação Social, Sra. Gisele Becker, se colocou à disposição e incentivou os titulares a procurarem a Assessoria para comunicar ações previstas/realizadas, no intuito de pautar a imprensa das realizações do Ministério antes mesmo do órgão ser procurado para se manifestar.

4. Em complementação, o Secretário-Executivo Adjunto destacou sobre os “Decretos de Revogação” (250, onde 11 afetaram o Ministério da Justiça e Segurança Pública), enfatizando aquele que extingue os Comitês não instituídos por lei. Dessa forma, salientou o prazo de 28 de maio de 2019 para manifestações à Presidência da República acerca de quais comitês deverão ser mantidos ou reinstituídos no âmbito do Ministério.

5. O Sr. Washington comentou também da mobilização do MJSP na Medida Provisória de Liberdades Econômicas, salientando a importância de as unidades atuarem com antecedência quando a participação em tais pautas envolver a assinatura do ministro. Na ocasião, o Sr. João Bosco Teixeira, Consultor Jurídico junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, teceu comentários sobre as dificuldades enfrentadas ao realizar análise com prazos muito curtos.

6. Dando continuidade à pauta, solicitou que as unidades responsáveis pela execução dos projetos selecionados, em reunião anterior, procedessem com a exposição de seus resultados. O Gabinete do Ministro, representado pelo Assessor Especial do Ministro, Sr. Daniel Saboia, contextualizou sobre o projeto “Inteligência analítica aplicada no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e em ações de segurança pública”, abrangendo todas as áreas do órgão, não funcionando sozinho de modo isolado. O projeto apresenta 3% de execução, em situação adiantada do previsto. Destacou ainda as etapas: planejamento, seleção de determinados projetos aplicados a determinados problemas para ajudar no desenvolvimento e execução. Ressaltou que, após a definição dos projetos prioritários, é necessária a inclusão desses projetos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações - PDTIC e a elaboração do Plano de Acompanhamento dos Projetos Prioritários com a finalidade de fazer uma gestão de risco intensa para garantir a entrega do produto. O Sr. Daniel Saboia reforçou também a importância do compartilhamento de base de dados para a execução de Políticas Públicas, destacando a Portaria Ministerial nº 260/2019, que estabelece a política de governança de dados no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública como uma de suas metas prioritárias para o fortalecimento da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

7. Em seguida, o Sr. Rosalvo Ferreira Franco, Secretário de Operações Integradas, apresentou o projeto “Fronteira Integrada” com foco no planejamento do Fusiocenter em Foz do Iguaçu. O projeto tem como objetivo aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública; fortalecer as instituições estaduais de segurança pública, com vistas a ampliar a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos delitos transfronteiriços, de forma compartilhada e integrada com os órgãos federais afins. Além disso, o projeto prevê a implementação do Escritório Piloto do Centro Integrado de Operações de Fronteira - CIOFron (Fusion Center) em Foz do Iguaçu, centro sob coordenação geral da Polícia Federal com participação de instituições ligadas ao combate à criminalidade. O projeto está adiantado com 27% concluído, estando conectado ao projeto Big Data Analytics e uma das prioridades do ano de 2019.

8. Finalizando o monitoramento da estratégia, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, por meio do Sr. Guilherme Jaques, apresentou o projeto de “Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfil Genético”, o qual é gerente, e tem o objetivo de intensificar a política de identificação de criminosos pelo DNA a partir do banco de dados criado pela Lei nº 12.654/2012. Também foram destacados alguns marcos importantes para o funcionamento do projeto, assim como a colaboração com outras unidades, como Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Departamento Penitenciário Nacional, Polícia Federal e as Secretarias de Segurança Pública Estaduais. Como ponto de atenção foi mencionada a dificuldade de comprometimento por parte dos estados para o progresso do projeto, embora esteja com boa articulação e andamento.

9. Prosseguindo com a reunião, a Sra. Christiane Maranhão, Subsecretária de Planejamento e Orçamento, apresentou o Painel de Planejamento Estratégico dos Indicadores, informando que, a partir da próxima reunião do CGE, as unidades deverão apresentar tanto o andamento de projeto estratégico quanto de um indicador. Também informou que foi elaborado o regimento interno da

Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE, a ser submetido a análise da AEAL e da CONJUR.

10. A Subsecretária reforçou ainda o papel dos representantes das unidades na Comissão Técnica de repassar para os servidores das secretarias e dos departamentos orientações e deliberações no âmbito da Comissão, além de informações acerca da gestão de políticas públicas e os critérios para ampliação ou extinção das mesmas, bem como auxiliar na elaboração do modelo de relatório trimestral de cada política pública para ser apresentado ao CGE.

11. Outros avisos foram abordados pela Sra. Christiane: i) carteira simplificada de políticas públicas será objeto de deliberação na próxima reunião do CGE; ii) publicação de ata da 6ª reunião do Comitê Interministerial de Governança, realizada no dia 26 de fevereiro de 2019; iii) aprovação das diretrizes e normas para o Plano Plurianual de 2020-2023 e para o modelo de governança; iv) aprovação da incorporação de transferências obrigatórias legais e outras transferências na plataforma Mais Brasil; v) painel orçamentário do MJSP disponibilizado a todos os servidores, com a possibilidade de acompanhamento da execução orçamentária e financeira de cada unidade, inclusive, com a realização de pesquisas com o nome dos parlamentares para verificação das emendas e monitoramento dos valores a empenhar e a pagar.

12. A Chefe de Gabinete do Ministro, Sra. Flávia Blanco, trouxe aos participantes da reunião a necessidade de atualização do site, de links e de informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo enviado ofício às unidades para providências sob coordenação da Assessoria de Comunicação Social. A Sra. Giselly Siqueira, por sua vez, complementou que o conteúdo do site será revisto/ atualizado, conforme decreto presidencial, e que todas as áreas precisam ter seus gestores de conteúdo, providenciando indicação àquelas que não o tenham designados.

13. Ao introduzir o tópico seguinte da pauta, o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Xavier, lembrou da obrigatoriedade de previsão das contratações e aquisições para o exercício seguinte que existe no Plano Anual de Contratações de 2020. Informou que o processo foi iniciado em fevereiro, com ampla participação de todas as unidades e secretarias. Atualmente, o plano se encontra em fase de consolidação para gerar um documento que irá retratar todo um conjunto de contratações do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Alterou da necessidade de adequação do modelo de dados de determinadas unidades (DEPEN, PF e PRF) para aprovação do Sr. Secretário-Executivo e Sr. Ministro.

14. Em seguida, trouxe ao conhecimento dos participantes a Portaria nº 331/2019, que institui o Sistema Eletrônico de Informações – SEI como o sistema oficial de gestão de processos e documentos do MJSP, e a Portaria nº 954/2019, que aprova a norma de uso do SEI, ambas publicadas em 11 de abril de 2019. Este, por sua vez, traz como destaque: expedição (envio externo de processo / envio de e-mail por acesso externo/ envio da via física pelo Protocolo); transferência de arquivos (procedimentos para preparo e transferência de documentos ao Arquivo Central); boletim de serviço eletrônico; nova forma de classificação de documentos; estabelecimento de regras para usuários externos; peticionamento e intimação.

15. Com relação à pauta de tecnologia da informação e comunicação, o Diretor de TIC, Sr. Rodrigo Lange, destacou a importância da revisão no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação em números: de 735 iniciativas de TIC, 422 foram mantidas/ incluídas, estando relacionadas à: 55 capacitação pessoal; 19 serviços; 104 sistemas; 244 contratações.

16. Referente à gestão de riscos e integridade, o Sr. Cláudio Py, Assessor Especial de Controle Interno, trouxe a necessidade de divulgar nas unidades duas portarias recentemente publicadas (nepotismo e conflitos de interesses) para o problema de integridade, a fim de unificar o entendimento, criar uma cultura e fortalecer a campanha do projeto de ética. No âmbito do Plano de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública, informou sobre reunião realizada em 22 de abril de 2019, e de processo a ser destinado às unidades para manifestações e contribuições ao Plano de Integridade até dia 30 de abril de 2019. Em não havendo negativas, considerar-se-á aprovado por todas as unidades.

17. A Sra. Flávia Blanco comunicou que na próxima reunião do CGE deverão ser apresentados informações dos seguintes projetos estratégicos: Fortalecimento da Ouvidoria-Geral (Ouvidoria/GM); Fortalecimento do AN Digital (Arquivo Nacional); e, Fortalecimento e reestruturação da

Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia – REDE-LAB (Secretaria Nacional de Justiça). Além dos projetos, as unidades deverão selecionar um indicador estratégico para exporem a execução. O Secretário-Executivo Adjunto, por sua vez, informou que as unidades podem apresentar sugestões de assuntos a serem incluídos na pauta da próxima reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em 07/05/2019, às 13:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Robson Ferreira Polito, Coordenador(a) de Gestão Estratégica**, em 07/05/2019, às 15:09, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ROSA RORIZ, Chefe da Divisão de Planejamento e Apoio à Gestão - Substituto(a)**, em 07/05/2019, às 15:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria das Graças Gonçalves Almeida, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 07/05/2019, às 16:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rosalvo Ferreira Franco, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 07/05/2019, às 17:00, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Gomes Bonifacio, Gerente de Projeto**, em 07/05/2019, às 17:00, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Elias José Pudeulko, Assessor(a)**, em 07/05/2019, às 17:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 07/05/2019, às 17:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Zaira Spohr, Assistente Técnico(a)**, em 07/05/2019, às 17:28, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Barreto de Souza, Usuário Externo**, em 07/05/2019, às 17:42, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Dominici Soriano, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 07/05/2019, às 17:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRESSA NERVINO, Coordenador(a)-Geral de Acompanhamento do Processo Legislativo na Câmara dos Deputados**, em 07/05/2019, às 17:55, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Spricigo Junior, Usuário Externo**, em 07/05/2019, às 18:09, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giselly Siqueira, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 07/05/2019, às 18:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Almeida Riomar, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 07/05/2019, às 18:29, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA CECÍLIA MACENO BLANCO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 07/05/2019, às 19:08, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Batista de Assumpção, Consultor(a) Jurídico(a) Adjunto(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 07/05/2019, às 19:40, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Alves Caetano, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Substituto(a)**, em 08/05/2019, às 08:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 08/05/2019, às 12:22, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO BENTO, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 08/05/2019, às 14:04, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO MENEZES SANTANA, Usuário Externo**, em 08/05/2019, às 15:37, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Boabaid Dalcanale Rosa, Usuário Externo**, em 09/05/2019, às 10:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 09/05/2019, às 10:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 10/05/2019, às 12:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Lopes Hott Junior, Usuário Externo**, em 10/05/2019, às 19:45, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **LUIS ALEXANDRE PAIVA FUTURO, Assessor(a)**, em 13/05/2019, às 14:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Victor de Souza Leão, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 13/05/2019, às 15:12, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Rutyna Heidemann, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 13/05/2019, às 16:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Bordignon, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 13/05/2019, às 23:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Maranhão de Oliveira, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 14/05/2019, às 21:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO MORO, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 15/05/2019, às 09:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 16/05/2019, às 14:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 17/05/2019, às 11:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz de Santa Ritta, Assessor(a)**, em 20/05/2019, às 14:45, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **GISELE BECKER, Assessor(a) do Gabinete do Ministro**, em 22/05/2019, às 11:07, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Torres do Val, Assessor(a) Técnico(a)**, em 22/05/2019, às 11:30, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RENATA AMORAS DE CASTRO MENEZES, Assessor(a) de Comunicação Social - Substituto(a)**, em 22/05/2019, às 11:34, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Georgia Renata Sanchez Diogo, Chefe da Assessoria Especial Internacional**, em 22/05/2019, às 12:11, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 22/05/2019, às 14:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vladimir Passos de Freitas, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Legislativos**, em 23/05/2019, às 16:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Substituto(a)**, em 27/05/2019, às 09:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Benetti Timm, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 29/05/2019, às 12:48, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Hilda Marsiaj Pinto, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 04/06/2019, às 17:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO FERREIRA GOMES, Usuário Externo**, em 01/07/2019, às 16:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **8677224** e o código CRC **C951650A**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.